

NOÇÕES BÁSICAS E PRIMEIROS PASSOS: “OS CELTAS”

Erik Wroblewski

RESUMO: Embora os estudos em relação às populações célticas tenham avançado muito ao longo das últimas décadas, continuamos ainda sob a influência de muitos pressupostos e equívocos gerados, em sua grande maioria, tanto por uma aparente falta de preocupação em localizar os trabalhos dos eruditos do séc. XVIII e XIX em seus devidos contextos, quanto pela dificuldade em acessar o material bibliográfico e documental referente a este estudo dentro de uma realidade brasileira visto que, em sua esmagadora maioria, estas obras encontram-se em língua estrangeira e são-nos acessíveis apenas através de importação. Neste sentido, este artigo procurará, de forma breve, trazer ao leitor algumas das discussões correntes na academia sobre quem foram “os celtas”, assim como as bases disciplinares para o estudo destas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Celtas; Metodologias de Estudo.

Quem e o que eram os “Celtas” e onde eles viviam?¹

Voltar o olhar para o passado e indagar-se como as pessoas de outro tempo viviam, quais eram suas preocupações e desejos, e de que forma percebiam a si mesmas e ao mundo ao seu redor é sempre um processo complicado e perigoso, ao passo que tanto quanto mais tentamos encontrar uma resposta que nos pareça agradável e plausível, mais facilmente podemos cair nas armadilhas de nossos próprios anseios, inferindo às nossas reflexões perspectivas anacrônicas, pelas quais selecionamos, para o nosso estudo, aqueles elementos que corroboram perspectivas pessoais, ao invés de olharmos justamente para aqueles que nos causam confusão,

¹ Título originalmente apresentado em WELLS, Peter S. “Who, Where, and What Were the Celts?” American Journal of Archeology, Vol. 102, Nº 4, 1998, p. 814-816.

colocando de lado tudo o que traz estranhamento e privilegiando apenas o que é fácil e seguro.

É certo que este tema é um problema recorrente na carreira de todo historiador, mas de certa forma têm sido um processo mais ou menos comum, e que veio a se tornar algo um tanto característico ao longo da trajetória dos “estudos célticos”, surgidos durante o século XIX. Impulsionados por uma enorme diversidade de interesses, os quais em sua maioria nem sempre foram norteados pelo desejo ou necessidade de uma coerência científica, e quase sempre ligados a ideários políticos ou econômicos bem claros, encontram-se na necessidade urgente de uma profunda revisão e, consequentemente, de novas perspectivas.

Isto não significa, no entanto, que não existam estudos sérios sobre a cultura e a civilização daqueles que chamamos “povos célticos”. Pelo contrário: assistimos, desde o início da década de 1980, uma crescente preocupação em preencher a imensa lacuna que foi deixada pela historiografia no que se refere a este tema e, mais importante, passamos a contar com uma enorme variedade de estudos que surgiram, orientados por uma necessidade de vislumbrar a história e a cultura destes povos através das fontes que eles mesmos nos legaram, deixando um pouco de lado a ótica “emprestada e míope” dos autores Clássicos, olhando para este passado na busca de uma nova percepção, até então desconhecida pela historiografia “tradicional”.

Estas perspectivas, entretanto, requerem do pesquisador alguns esforços “inéditos”, na medida em que seus referenciais teóricos, embora antigos em alguns casos, vêm sendo articulados apenas muito recentemente a fim de privilegiar o “tema céltico”, isto no decorrer das últimas duas ou três décadas. Esforços que, sobretudo, requerem do pesquisador um conhecimento de caráter heurístico e interdisciplinar, uma vez que, ao menos no presente momento, as bases teóricas de uma única disciplina se mostram insuficientes para dar conta, somente elas, de explicar toda a riqueza e diversidade desta “civilização”, conforme discutiremos mais adiante neste trabalho.

Retornando às questões suscitadas acima, nos deparamos com o primeiro grande problema referente ao nosso recorte, sendo ele de ordem semântica: os próprios termos que designam estas populações (“celta”, “céltica”) são, de certa forma, vagos e compreendem inúmeros equívocos e generalizações de autores Românticos e da Antigüidade, tanto quanto daqueles que são nossos contemporâneos². A primeira referência ao termo, “*Keltoi*”, é encontrada em Heródoto, que o usa para descrever uma população específica, a qual habitava a região da atual Bélgica, sendo mais tarde expandido e utilizado tanto por gregos quanto por romanos, através dos quais, por seus relatos, chegaram a nós.

É, no entanto e, sobretudo, uma invenção mais moderna do que antiga, uma vez que, embora houvesse uma utilização mais genérica do termo, sabemos que havia a preocupação, dos historiadores da Antigüidade, em precisar com exatidão as populações dentro e fora de seus próprios territórios. O maior exemplo desta perspectiva pode ser dado por Julius Caesar, em seu *Bello Gallico*, no qual, entre outras coisas, o general romano ocupa-se de realizar um “trabalho etnográfico” extensivo, através do qual procura apresentar as populações com as quais entra em contato por denominações étnicas e “regionais”, de acordo com características específicas, identificando estas populações como aliadas ou inimigas de Roma, e precisando como e onde elas poderiam vir a integrar o corpo estatal romano³.

Sendo assim, o que, por sua vez, significa o vocábulo “celta”? Esta definição tem sido alvo de muitos questionamentos, inclusive de como e quando aplicá-la: o termo celta designaria uma etnia, enquanto as outras denominações (bretões, gauleses, etc...) qualificariam apenas povos distintos? A resposta não é fácil e, talvez,

² LE ROUX, Françoise e GUYONVARC'H, Christian-J. *A Civilização Celta*. Mem Martins, 1999. p. 16

³ CAESAR, Caius Julius. *“De Bello Gallico” and Other Commentaries*. Project Gutenberg, 2004 - <http://www.gutenberg.org/etext/10657>. Último acesso em 05 maio 2008.

nem seja possível. A própria significação é de acesso quase exclusivo de uma elite acadêmica, fora da qual é praticamente impossível distinguir, nas línguas modernas de origem latina, a presença ou identificação da diferença entre o termo celta – substantivo com valor étnico – e céltico – adjetivo com valor lingüístico e cultural⁴.

No entanto, Peter S. Wells, em seu artigo “Who, Where, and What Were the Celts?”, nos oferece um bom ponto de partida para compreender sentido e conteúdo do termo:

The words “Celt” and “Celtic” can mean many different things. In the fields of archeology and history, “the Celts” usually refers to the prehistoric Iron Age peoples of Continental Europe and the British Isles. But the adjective “Celtic” is most often used in a different way, to designate medieval, early modern and modern traditions, including myths, legends, music, and craftwork in metal and textiles, especially in Ireland, Wales, and Scotland, but also in Brittany and anywhere that styles and practices from those regions have been transplanted. “Celtic” is also a linguistic term that refers to ancient languages such Gaulish and Old Irish, and to modern ones of the same family, including Irish Gaelic, Scottish Gaelic, Welsh and Breton. These different meanings of Celt and Celtic are related to one another, but they are distinct and should not be confused.⁵

⁴ LE ROUX, Françoise e GUYONVARC'H, Christian-J. *A Civilização Celta*. Mem Martins, 1999. p. 16

⁵ ‘As palavras “Celta” e “Céltico” podem significar muitas coisas diferentes. Nos campos da arqueologia e da história, “os Celtas” usualmente se referem às pessoas pré-históricas da Idade do Ferro na Europa Continental e nas Ilhas Britânicas. Mas o adjetivo “Céltico” é comumente usado de forma diferente, para designar tradições medievais, modernas e contemporâneas, incluindo mitos, lendas, música e artesanato em metal e têxteis, especialmente na Irlanda, Gales, e Escócia, mas também na Bretanha e em qualquer lugar para onde os estilos e práticas destas regiões tenham sido transplantados. “Céltico” é também um termo lingüístico que se refere a línguas antigas como o Gaulês e Irlandês Antigo, e também a línguas modernas da mesma família, incluindo o Gaélico Irlandês, Gaélico Escocês, Galês e o Bretão. Estes diferentes significados de Celta e Céltico estão relacionados entre si, mas eles são distintos e não devem ser confundidos’. WELLS, Peter S. “Who, Where, and What Were the Celts?” Londres, 1998, p. 814.

Outra questão de suma importância, que também se refere a uma preocupação sobre as definições, traduz-se na escolha das fontes e bibliografia. Já desconsiderando as centenas de volumes de caráter pseudo-histórico, esotérico e/ou preconceituoso e que empregam os termos “celta” e “céltico” em seus títulos, quais são nossas opções em relação às fontes e ao referencial teórico? Neste passo, nos encontramos com uma decisão difícil: por um lado temos quase uma contraposição das fontes da Antiguidade Clássica em relação às fontes arqueológicas de origem propriamente céltica, uma vez que a principal característica das primeiras é o emprego da escrita, e o das segundas, a ausência dela.

Encontramo-nos na mesma situação em relação às fontes literárias medievais, de origem “céltica”: embora tenham sido elaboradas através de uma tradição literária e religiosa verdadeiramente céltica, foram reescritas e transformadas ao longo de quase dez séculos por redatores cujas filiações culturais e religiosas eram, respectivamente, latinas e cristãs. Por fim, nos encontramos com mais um grande problema de ordem estrutural e teórica em relação às fontes literárias: a grande maioria foi “redescoberta” ao longo do séc. XIX, tanto pelo movimento literário romântico do *Celtic Revival*, quanto por “historiadores oficiais” ligados ao processo de expansão colonialista inglesa, o que nos legou versões muito difundidas destas fontes, impregnadas de sentimentos romantizados e nacionalistas da Era Vitoriana.

Em relação à historiografia propriamente dita, temos uma preocupação semelhante. O séc. XIX foi famoso, a exemplo do que nos mostram historiadores como Hobsbawm e Ranger, tanto pela invenção de tradições⁶, quanto por buscar justificativas várias que explicassem a necessidade de que outras culturas fossem “civilizadas” pelo europeu, atendendo aos “projetos imperialistas” e à expansão de mercados, um “sentimento” que tomou toda a Europa durante este período.

⁶ HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, 1984.

No caso específico dos “celtas” encontramos, sobretudo, o ideal romantizado do gaulês entre os franceses, especialmente na figura do herói *Vercingentorix*, “unificador dos celtas”, contra o Império Romano, como forma criar uma “identidade nacional” capaz de fazer frente às incursões políticas e territoriais daquilo que viria a se tornar a “Alemanha nazista⁷”, e também entre os ingleses que, colocando-se como os “sucessores de Roma na tarefa de civilizar os bárbaros”, empreenderam extensivas conclusões sobre como a presença romana havia moldado o caráter céltico dos antepassados dos ingleses, a fim de refletir na Inglaterra Vitoriana a imagem do ápice da civilização ocidental⁸, tendo na figura do inglês que, como a Rainha *Boudicea* jamais se renderia e que, no entanto, como o Imperador *Adriano*, conteve com sua muralha o avanço das hordas de pictos e finalmente trouxe a civilização à *Bretanha*.

Frente a todas estas questões, gostaríamos de precisar que nossa postura é, antes de tudo, não a de descartar qualquer documento que seja, mas sim a de realizar, na medida da necessidade e dentro do recorte de uma pesquisa sobre estes povos, uma profunda análise das fontes primárias e secundárias, a fim de identificar em que medida elas nos são úteis ou podem acrescentar alguma novidade, ou seja, o que pode ser revelado através delas.

Obviamente, somos norteados pela necessidade de limitar nossas fontes e nossos referenciais a fim de empreender um estudo coerente, mas esta seleção deve ocorrer levando-se em conta as características do documento e sua relevância ao estudo, e não posições políticas, sociais ou culturais definidas *a priori*, nem a necessidade de encontrar, nos documentos, algo que venha a tornar nosso estudo algo de caráter decisivo, rígido e estático; a principal preocupação do pesquisador, em seu trabalho, é o caráter científico, através do qual

⁷ DIETLER, Michael. Our Ancestors, the Gauls: Archeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*, vol. 96, nº3, 1994. p. 584-605.

⁸ O'BRIAN, Jhon. *Assimilation Theory and Celtic Ethnicity*. *Current Anthropology*. Vol.23, Nº 2, 1982. p. 196 em <http://www.jstor.org/stable/2742359>

possamos propor respostas algumas questões, mas também a suscitar muitas outras.

Por fim, restam duas outras perguntas: onde viviam os “celtas”, e o que os caracterizava como tal?

Se existe uma noção vaga para a maior parte dos europeus contemporâneos, no caso de não a ignorarem por completo, é a de <<celta>>. A definição é urgente: <<quem são os Celtas?>> Como, através de que meio e segundo que critério podem ser identificados? Enfrentamos, então, o problema, bastante moderno, do conceito de nacionalidade. Foi uma nacionalidade que eles constituíram ou quiseram constituir, através da utilização da língua, ou trata-se de um nome herdado de um passado longínquo? Ou constituirão eles ainda uma nacionalidade quando, por vezes, queriam deixar de a constituir?

Os Helvécios, que se tornaram Suíços, continuam a ser Celtas quando falam alemão ou francês? E, se assim é, são-no mais ou menos, se não de facto pelo menos de direito, que os Irlandeses de Dublim, que já não falam o gaélico, ou que os bretões da Alta-Bretanha, que falam o românico há dois séculos? No primeiro caso, agrupamos quase toda a Europa, da Baviera à Boémia ou da Bélgica à Itália do Norte; no segundo caso, a imensa maioria dos Irlandeses e dos Escoceses é constituída apenas por anglófonos, sem qualquer originalidade, e só restam Celtas em algumas regiões recuadas do Kerry ou do Donegal.⁹

A questão, e a resposta oferecida pelos historiadores franceses, embora formuladas sobre um critério pouco usual e um tanto anacrônico, nos oferece, ao menos, o tamanho da complexidade e talvez inviabilidade da tarefa que é classificar e categorizar onde viviam os celtas, e quais características os definiam como tal. Outra tentativa, e conseqüente outro questionamento, podem ser vistos na seguinte passagem:

On the basis of Herodotus's information that the people on the upper Danube were Celts, archeologists have linked them with the Iron Age material culture known as La Tène... For over a century, pre-historians have used this connection between the Celts named by the fifth-century

⁹ LE ROUX, Françoise e GUYONVARC'H, Christian-J. *A Civilização Celta*. Mem Martins, 1999. p. 15.

B.C. Greek authors and Iron Age archeology to designate as Celts all of the communities in greater central Europe that used similar jewelry, weapons, pottery and burial practices. The assumption has been made that every place where material culture ornamented in the La Tène style is found was inhabited by Celts... But the principal problem with this traditional approach is that neither Herodotus nor any of the other ancient writers until Caesar and Strabo in the final century B.C. name any other peoples in this region of temperate Europe.¹⁰

Desta forma, e a despeito da dificuldade já evidenciada pela aproximação arqueológica em relação a este problema, ainda podemos levantar outras questões: serão “celtas”, então, as populações que perderam sua “independência” em relação aos romanos na Antiguidade? E, além disso, o continuarão a ser depois de terem se convertido ao cristianismo, processo este que se seguiu inexoravelmente à assimilação destas populações pelo “*imperium*” da língua latina ou pelas “Invasões Germânicas” desde o séc. IV?

Estas respostas jamais serão claras: ao passo que a cultura material, política e religiosa do “dominado” se modificam, aceitando elementos estranhos à sua realidade inicial e acomodando-se às novas condições impostas pelo “dominador”, este também será profundamente modificado pelo “subjugado”, aceitando tantos outros elementos estranhos a si mesmos, provindos do contato, ou seja, as mudanças ocorrem nos dois sentidos, e o que assistimos, antes de ser a extinção de uma ou outra cultura, é a criação de um híbrido de ambas, em diversas esferas sociais¹¹.

¹⁰ WELLS, Peter S. “Who, Where, and What Were the Celts?” Londres, 1998, p. 815.

¹¹ Alguns autores, a exemplo de CHARTIER, FINLEY, LE GOFF, MOMIGLIANO, e WEBSTER mostram, de forma emblemática, como estes processos se desenvolvem diferentes recortes, abrindo uma ampla perspectiva de estudo e compreensão, em suas respectivas obras: CHARTIER, Roger. A História Cultural entre Práticas e Representações. Lisboa: Bertrand, 1990; FINLEY, Moses. Ancient History Evidence and Models. London: Chatto and Windus, 1985; LE GOFF, Jacques. O maravilhoso e o cristianismo no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1966; MOMIGLIANO, Arnaldo. Os limites da helenização. Rio de

Pois, se existem rupturas, também existem permanências, e são exatamente estas que merecem ser levadas em conta, e muitas vezes é justamente o que é omitido, suprimido ou alterado que traz algum tipo de revelação em relação aos questionamentos do pesquisador. Se a Irlanda do séc. VII não está mais fundamentada em torno de um esquema que aceita a autoridade sacerdotal do Druida¹², que foi substituído pelo sacerdote cristão, este continua a existir como sábio, como *bardo*, como guardião das tradições familiares e jurídicas entre os reis e suas cortes até pelo menos o séc. XVI¹³. O mesmo é verdadeiro para os ideais de nobreza, realeza e interação social¹⁴, que permanecerão profundamente ligados a modelos ideológicos e jurídicos pré-cristãos e praticamente inalterados estruturalmente até meados deste mesmo século¹⁵.

Sendo assim, podemos admitir apenas uma parcela ou faceta dentre tantas nesta miríade de significações que podem representar estes termos, “celta” e “céltico”? Não vemos, no presente momento, uma forma diferente de proceder em relação a este campo de estudo: não resta outra alternativa, mesmo levando em conta todos os ricos de tal escolha, senão colocar em uma posição de relatividade o uso de tais termos, relatividade esta condicionada a contextos espaciais e temporais muito bem localizados dentro de uma pesquisa.

Como exemplo, podemos aceitar como sendo “céltico” o Irlandês Antigo e a tradição literária de fundo pré-cristão elaborada nesta língua, em oposição à tradição literária, eclesiástica e vernacular de língua latina dentro do recorte espaço-temporal da Irlanda Tardo-

Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989; WEBSTER, Jane. Roman Imperialism: post-colonial perspective. Leicester: University of Leicester, 1996.

¹² LE ROUX, Françoise e GUYONVARC'H, Christian-J. *A Sociedade Celta*. Mem Martins, 1995. p.

¹³ HERBERT, Maire. ‘Rí Éirinn, Rí Alban, kingship and identity in the ninth and tenth centuries’. Em TAYLOR, S. (Editor) *Kings, clerics and chronicles in Scotland*. Dublin, 2000. p. 62-72

¹⁴ SIMMS, Katharine. *Images of Warfare in Bardic Poetry*. *Celtica* vol.21. Dublin, 1990. p.608

¹⁵ KELLY, Fergus. *A Guide to Early Irish Law*. Dublin, 1988.

Antiga, sendo os valores sociais e políticos instituídos através de recolhas jurídicas, que mantiveram e regulamentaram a estrutura legal dos reinos irlandeses e cuja elaboração era anterior à conversão da Irlanda ao cristianismo, uma vez que a manutenção de ideais que sobreviveram a este processo de conversão serão alvos constantes da preocupação da ortodoxia da igreja católica.

No entanto, essa “valoração de celticidade” é válida somente para este caso específico, e não se emprega, por exemplo, à Gália Romana ou pré-romana, assim como não é suscetível de dar conta do conjunto de especificidades que dizem respeito à “expansão céltica” iniciada por volta do séc. IV a.C, que conduziu estas populações por toda a Europa até a Ásia. Sendo assim, o que propomos é que não devemos descartar as classificações das diversas disciplinas que se preocupam com o tema, mas sim, dentro de cada uma delas, procurar compreender os referenciais que nos possibilitem determinar o que constitui uma “civilização céltica” em relação a seus valores culturais, sociais e políticos, sobretudo do ponto de vista “tradicional”¹⁶.

Ou seja, buscar privilegiar um olhar sobre um modelo pré-romano e pré-cristão que, entendido em sua relação de oposição ou conformação à implementação da nova ordem social ou religiosa trazida pelos processos de dominação ou de conversão seja capaz de compreender como o conjunto de instituições culturais, sociais e políticas serão afetados, trazendo os reflexos, paradoxos, permanências e rupturas que podem, em certa medida, nos dizer algo sobre aquele tempo e sobre as pessoas que nele viviam.

Bases Teóricas – Disciplinas e Métodos

¹⁶ Precisamos esclarecer aqui que, por “tradicional”, deve-se entender a estrutura social, política e religiosa daquelas sociedades cujas bases residem na repetição de seus mitos, sobretudo os de criação, os quais não foram ainda racionalizados e laicizados, e cuja transmissão das tradições reside em atos rituais de estrutura a-histórica, conforme nos demonstram ELIADE, Mircea e CRIPPA, Adolpho, em suas obras *Aspectos do Mito*. Lisboa, 1989; e *Mito e Cultura*. São Paulo, 1975, respectivamente.

Como vimos anteriormente, durante o estudo dos temas relacionados aos povos célticos, devemos ter constantemente a preocupação em questionar e identificar os “equívocos” cometidos pelos nossos predecessores, sejam ou não estes de caráter “inocente”, ou derivados de alguma concepção cultural atrelada a um processo ou período histórico específico, e sobretudo ao que concerne respeito aos relatos da Antigüidade bem como e, principalmente, os trabalhos elaborados na época vitoriana, permeados por fantasias românticas e filosofias nacionalistas.

Para tanto, precisamos identificar como se realizam os processos de estudo em cada uma das disciplinas que compõem o estudo da “materia céltica”, quais suas perspectivas, contribuições e limitações, onde se aplicam e, sobretudo, de que forma podem ser utilizados de maneira interdisciplinar, de maneira a completarem-se mutuamente para elucidar as inconsistências e lacunas destes referidos estudos.

É importante ressaltar, aqui, que a vastidão de elementos e fontes encontrados, associadas a seu caráter fragmentário e anepígrafo, quadro freqüentemente agravado pelas “rixas” entre escolas de pensamento e disciplinas, assim como o persistente descaso em relação à cultura material céltica em detrimento àquela produzida pelo mundo clássico, contribuem enormemente para tornar o estudo ainda mais difícil; a atitude corrente, ainda hoje, é a de tratar o “mundo céltico” como uma cultura marginal de Roma, esquecendo-se de que esses povos foram os principais ocupantes da Europa na Antigüidade, e preferindo relegá-los às margens da História e esquecer-se deles antes de seu contato com os latinos e/ou cristãos.

Essa discussão nos leva a outro ponto importante: a Expansão Indo-Europeia. Tem-se por Indo-Europeu um grupo de populações invasoras que falavam línguas aparentadas e que deixam o Norte da Eurásia, por volta de 4 a 5 mil anos, invadindo e estabelecendo-se ao longo de seu caminho rumo à Europa Ocidental, e dando origem a diversas populações nas quais se incluem os celtas, germanos, nórdicos e hindus. Assim, os celtas foram a vaga ocidental dos recém-

chegados e repeliram, destruíram ou assimilaram tudo o que lhes era anterior.

Desta forma, é praticamente impossível precisar em que ponto no tempo essas populações estabeleceram-se na Europa Ocidental, como foi este processo e quais suas repercuções. Nem é este o objetivo de nosso trabalho: para nós, basta dizer que é claro e evidente a sua presença ali, cujos textos do Mundo Clássico e evidências arqueológicas são provas mais do que suficientes de sua existência, de forma que, sabendo disso, nossa preocupação é a de olhar para seus movimentos e sua civilização, fato pelo qual “*não diremos que nada existiu antes deles, nem que depois deles nada subsistiu*”¹⁷.

Outro aspecto que deve ser lembrado, e que é fundamental não somente para a compreensão do mundo céltico, mas também de todas as populações de origem indo-européia, é que o “mundo” indo-europeu fundamenta-se muito mais na tribo, ou seja, no parentesco, do que em unidades político-econômicas. Desta forma, antes de propor uma definição dos celtas é, então, necessário precisar que o mundo indo-europeu consiste muito menos numa unidade política, lingüística ou econômica do que numa forma de viver e pensar que pressupõe um forte parentesco inicial¹⁸.

Trata-se no quadro de uma comunidade de instituições e crenças – suficientemente atestadas da Índia védica à Irlanda pré-cristã, passando por Roma e pela Germânia –, de uma koiné, que se tornou suficientemente vasta e laica para tolerar inúmeros antagonismos ou contrastes, a par de simples diferenças. O que é mito na Índia e entre os celtas tornou-se mito e história em Roma. O que é mítico e cósmico na Irlanda é “nacional” e contingente em Tito Lívio. Os mesmo esquemas são tratados de forma diferente e as mesmas

¹⁷ LE ROUX, Françoise e GUYONVARC'H, Christian-J. *A Civilização Celta*. Mem Martins, 1999. p. 16.

¹⁸ LE ROUX, Françoise e GUYONVARC'H, Christian-J. *A Civilização Celta*. Mem Martins, 1999. p. 18.

palavras podem ter perdido uma parte de sua substância ou deixado de possuir a mesma orientação semântica.

Desta forma, ao contrário do *imperium* romano, o “Estado” celta não subjugava o indivíduo a um poder central, assim como não havia a subordinação do espiritual ao temporal. As últimas considerações no que toca a este respeito são de que a formação das etnias celtas – como nos mostra a arqueologia – é muito anterior ao que nos relatam os historiadores gregos da Antigüidade, e que já no séc. VI antes da nossa era, os celtas haviam delimitado suas fronteiras e estabelecido suas ocupações, limitando-se e manter ou expandir seus territórios.

Tendo esclarecido isto, e levando em conta os quadros científicos correntes, contamos com inúmeras disciplinas e métodos que procuram dar conta de toda esta diversidade, sendo as principais – ou mais significativas ao nosso estudo – sobre as quais discorreremos adiante. Em um primeiro passo, temos a Antropologia, mas esta talvez seja a disciplina acadêmica que mais apresenta generalizações e imprecisões, uma vez que freqüentemente recorre à análise étnica. Essas imprecisões residem no fato de que nem sempre a cultura material nos revela o nível intelectual do objeto de estudo – especialmente no tocante aos celtas e indo-europeus –, e de que diversas populações podem falar uma mesma língua, o que poderia incluir um substrato pré-céltico, “celtizado”, em uma classificação artificial. Sabemos que os celtas pertenciam à “raça branca”, mas é impossível precisar com exatidão os grupos que a compunham neste quadro. A Europa não deve ser avaliada em termos de raças, mas sim de línguas e etnias. Mas a questão a ser levantada – e mérito desta disciplina – é como podemos utilizar esta modalidade de estudo para verificar a validade de nossas fontes ao nosso estudo e principalmente no tocante de como podemos interpretar as relações e mudanças ocorridas através dos contatos estabelecidos entre diferentes povos e culturas, a exemplo do contato entre celtas e romanas, neste caso.

Por sua vez, a arqueologia pressupõe o contato de duas populações – os invasores celtas e os nativos – e a formação de uma

cultura material resultante desse contato. Mas a falibilidade da arqueologia reside na incapacidade de precisar com exatidão a ocupação “celta” na Europa; enquanto muitos vestígios indicam que não se encontravam ali no período da “Civilização dos campos de Urnas” e na Idade do Bronze, as verificações lingüísticas indicam sua presença há pelo menos 3 mil anos antes de nossa era, o que incluiria com uma certa folga os períodos acima citados. Atesta-se constantemente que a semelhança ou “continuidade” de uma cultura material não representa uma unidade lingüística.

Assim, a Arqueologia serve principalmente como indicador dos níveis tecnológicos de uma determinada civilização, mas no caso céltico a dificuldade é ainda maior: com freqüência faltam os substratos feitos de madeira, perecível, que compõem uma lacuna e barreira intransponíveis ao estudo. Outra questão complicada no estudo celta refere-se ao campo da Filologia e Lingüística. Apenas no séc. XIX criam-se estruturas para descrever as línguas, e via de regra, não se respeitam as estruturas lingüísticas originais, optando-se sempre por uma aproximação estrutural ao latim ou ao hebraico. No caso céltico, todas as gramáticas de linguagem céltica, elaboradas até hoje, atendem aos esquemas lingüísticos do latim.

Por sua vez, o que a Filologia e a Lingüística vem a nos demonstrar é que provavelmente as diversas etnias célticas possuíam uma certa consciência de um passado lingüístico comum, e que reconheciaiam uma certa identidade cultural e religiosa, embora nos escape até que ponto, visto que jamais houve nenhum tipo de unificação política. Desde os tempos mais recuados, já interagiam entre si, em relações de amizade e inimizada. Para concluir, retenhamos o essencial: é praticamente impossível recuar para além dos celtas na História da Europa Ocidental. Foram eles que criaram a maior parte das cidades, das fronteiras ou das unidades regionais às quais estamos habituados. As suas línguas não subsistiram neste vasto domínio, mas deixaram vestígios. Grandes cidades da Europa tem nomes célticos: *Paris* (*Lutétia*), *Londres* (*Londinium*), *Genève*

(*Genava*), *Milão (Mediolanum)*, *Nimègue (Noviomagus)*, *Bona (Bonna)*, *Viena (Vindobona)*, *Cracóvia (Carrodunum)*.

Finalmente, as comparações que são permitidas entre os textos literários dos celtas insulares e os documentos antigos referentes aos celtas continentais fornecem a prova – que a arqueologia não proporciona – de uma espantosa unidade religiosa, tanto pela identidade da doutrina, como pela coesão da classe sacerdotal. Por sua vez, a História das Religiões e o Comparativismo nos fornecem os meios para estudar os mitos e as estruturas que caracterizavam a tradição indo-européia, antes de ser considerada e inserida no tempo histórico pelo cristianismo. Desta forma, ainda é a disciplina que melhor convém ao estudo dos celtas, tendo como principal autor Georges Dumèzil. Seguidas a essas disciplinas, citamos o Folclore e a Etnografia, mas estas aplicam-se somente em abordagens de movimentos historicamente muito mais recentes, que se apropriam de um certo conteúdo céltico do passado; é questão de pura inocência acreditar que a memória popular possa apreender temas “puros” e remontar até o período céltico.

Para finalizar este breve levantamento, precisamos ainda, dar conta de um corpo documental enorme: as fontes escritas da Antiguidade e do Medievo. Os documentos ainda mais utilizados são as de origem greco-romana, por estarem redigidas em sua maioria na língua latina, e tornam-se mais acessíveis aos pesquisadores, ainda familiarizados apenas com o latim e o grego, mas dificilmente com as línguas nativas de seu objeto de estudo. Elas são imprecisas, mesmo quando se referem à populações específicas, e nesses relatos sempre são imputadas características clássicas (como a retórica), se omitem fatos, e possuem, normalmente caráter vago. A priori, a maioria dos autores clássicos copiava o que seus antecessores haviam dito, não correndo os riscos de uma viagem de longo curso.

Ainda, os documentos esparsos são numerosos, pequenas notas ou observações tão difíceis de classificar como de utilizar. Longe de ter falta de informação, como com freqüência afirmam incorretamente as obras de caráter geral, o historiador, o lingüista, eo

arqueólogo debatem-se com as dificuldades que lhe trazem inúmeros pedaços de informações, dificilmente utilizáveis de forma isolada, e cuja fragmentação constitui um obstáculo a qualquer síntese. O céltico é, por excelência, o domínio dos fatos particulares, sobretudo no âmbito das disciplinas maiores, como a Lingüística, a História das Religiões e a Arqueologia Indo-Européia. Sobre as fontes continentais greco-romanas contemporâneas dos celtas da Antigüidade, ainda temos de recorrer ao relato feito por *Julius Caesar*, o *De Bellu Gallico*, pois trata-se ainda da fonte mais completa que nos é conhecida e disponível.

Referida obra discorre, primeiramente, nas vantagens e dificuldades da conquista (elaborando um quadro geográfico mais ou menos completo e plausível), seguido de uma descrição das populações, informando aspectos religiosos, sociais e etnográficos. Por sua vez, o campo do estudo epigráfico ainda encontra enormes dificuldades, uma vez que normalmente são de períodos pós-romanos, e existem raros exemplares que contenham um texto significativo ou completo; geralmente tratam-se de inscrições funerárias. O problema ainda maior é que raramente o celtista é epigrafista, e vice-versa. Há muita incerteza sobre as formas gramaticais e separação das palavras; quando muito, restam apenas conjecturas a respeito do significado real do texto.

O próprio estudo topomínico é um terreno arriscado; o lingüista especializado em topomínia raramente entende sequer uma palavra de língua céltica, e não incomum, a elaboração de nomenclaturas com estruturas lingüísticas célticas é posterior à penetração romana, o que torna quase impossível determinar o período em que foram criadas. Mesmo a numismática e legendas em cerâmicas são incertas, tornando a datação arqueológica imprescindível. No entanto, jamais deve-se descartar, a priori, nenhuma fonte de pesquisa, podendo utilizá-las em caráter secundário e complementar, além de ser necessário filtrar os exageros e interpretações equivocadas e tendenciosas nas fontes “primárias” ao estudo realizado.

As fontes insulares medievais, irlandesas e galesas, por sua vez, apresentam um campo mais rico para o estudo céltico, uma vez que a penetração romana na Bretanha Insular jamais foi completa e efetiva, e o latim nunca chegou a substituir as línguas nativas, desaparecendo como língua falada após a partida das legiões romanas no Séc.v. A Irlanda, por sua vez, jamais conheceu dominação romana e somente conheceu sua influência após o início da cristianização no Séc.v. Além disso, não sofreu com as grandes invasões que culminaram com a queda do Império Romano, dando tempo aos monges de contribuírem com o “renascimento carolíngio”, elaborando uma compilação literária em língua gaélica. Assim por estranho paradoxo, a cristianização da Irlanda foi a responsável pela perpetuidade do fundo mitológico e da tradição pré-cristã.

Trata-se de relatos orais dos quais a escrita se apoderou, que se referem sempre a períodos muito anteriores ao de sua redação, sem que haja grandes alterações em suas características lingüísticas originais, apresentando estruturas antigas e primitivas e vocábulos arcaicos. Sua “cristianização” deu-se de uma só vez, na ocasião de sua elaboração escrita, possivelmente uma primeira vez no séc. VIII e mais tarde no séc. XII, uma vez que não apresentam nenhuma referência ao purgatório cristão. Estão divididos entre os textos galeses (mais recentes) e os irlandeses (mais antigos), sendo que os primeiros apresentam pouco fundo mitológico, e são adaptados ao estilo medieval, parecendo romances de cavalaria, enquanto os segundo normalmente apresentam pouca ou nenhuma modificação de tema e estilo, e em geral, sempre descrevem uma civilização muito mais arcaica do que a da época em que foram escritos.

Admite-se o parentesco mitológico entre a Irlanda e o País de Gales, sendo opinião corrente que ele se deve a empréstimos galeses. Mas esta versão é uma solução demasiado fácil, e deve ser rejeitada, porque as semelhanças são tais que é preferível pensarem origens comuns, disfarçadas pelas diferenças de tratamento. É inevitável que o País de Gales, que preservou sua língua, tenha também conservado traços claros da mitologia em temas literários . Enquanto as

classificações medievais desses mitos eram feitas por seus temas (romance, cortejo, caça, guerra, etc...), as classificações modernas se fazem através da estrutura mitológica e literária dos temas e de como são apresentados, bem como por “datas mitológicas” (a continuidade de relatos e permanência de personagens, por exemplo).

Embora a classificação desses agrupamentos ou “ciclos” literários ainda seja ainda alvo de alguns questionamentos, a classificação mais aceita atualmente é a que se segue:

- a) **Ciclo Mitológico**, cujo texto fundamental é o *Cath Maighe Tuireadh*, que relata a batalha dos *Tuatha De Danann* (população mitológica que mais tarde se reverteria nos deuses da Irlanda) contra os *Fomoire* (habitantes originais da Irlanda), o *Tochmarc Etaine*, que conta as peregrinações da deusa *Etain*, personificação alegórica da terra da Irlanda, e a série dos *Immrama*, ou “Navegações”, que relatam viagens pelo outro mundo irlandês e que constituem percursos iniciáticos da tradição religiosa irlandês, muito mais cristianizados que o restante dos textos;
- b) **Ciclo Heróico de Ulster**, Ciclo do Ramo Vermelho, que é o mais vivo e diversificado. Narra a atuação de personagens bem tipificadas, de natureza simples, que animam um grande número de aventuras. O texto mais importante, de longe, é o *Táin Bó Cúalnge*, ou “Razia da Vacas de Cooley, que em muitos aspectos temáticos e estruturais é comparável à Ilíada. A sociedade celta é descrita no período mais antigo que a ela se pode atribuir, ou seja, a que é caracterizada nas épocas de *Hallstatt* e *La Tène*;
- c) **O Ciclo de Finn**, erroneamente chamado de “ciclo ossiânico” (Ossian e seus contos são uma criação de Edward Williams, que também utilizava o pseudônimo de Iolo Morganwg, no séc. XVIII) e conta a história de um bando de guerreiro, os Fianna liderados por Finn e seu filho, Oisin. É justamente esse ciclo mitológico que serviu de matéria para os decalques românticos de Mac Pherson no séc. XVIII, pois seus heróis sobreviveram melhor na memória do povo; d) **Ciclo Histórico, ou Ciclo dos Reis**, muito presente nos anais

irlandeses, que de resto não passam de relatos lendários e pseudo históricos. O principal texto é o *Lebor Gabála Erenn*, ou “Livro das Conquistas da Irlanda”

d) **Ciclo Histórico**, ou Ciclo dos Reis, muito presente nos anais irlandeses, que de resto não passam de relatos lendários e pseudo históricos. O principal texto é o *Lebor Gabála Erenn*, ou “Livro das Conquistas da Irlanda¹⁹”.

Por sua vez, os textos galeses estão divididos em:

- a) Os Quatro Ramos do Mabinogi, que se referia à aprendizagem oral dos poetas galeses, divididos em Pwyll, o príncipe de Dyfed, Branwen, filha de Lyr, Manawyddan, filho de Lyr e Math, filho de Mathonwy, que compõem o ciclo mitológico britônico propriamente dito. O texto mais conhecido e importante é o *Llyfr Coch Hergest*, ou “Livro Vermelho de Hergest.
- b) Ciclo Arturiano, que é aproximadamente o homólogo do ciclo irlandês de Ulster, mas neles já é sensível a diferença de estilo, não se tratando mais de uma transcrição palavra por palavra de uma tradição oral, mas sim de uma elaboração literária muito mais contemporânea e refinada, sofrendo fortes influências francesas.

Para finalizar o este período do nosso trabalho, podemos concluir, então, que entre as maiores barreiras encontradas ao estudo do mundo celta são a confusão gerada pela disparidade das fontes, seu enorme número constituído de caráter fragmentado, e a hesitação em se recorrer à interdisciplinaridade, uma vez que uma disciplina nem sempre confirma os dados apresentados por uma determinada outra, por vezes, as diferenças chegam a ser gritantes. Neste aspecto, outra grande dificuldade é a falta de compreensão de como operam os estudos realizados em outras disciplinas.

¹⁹ LE ROUX, Françoise & GUYONVARC'H, Christian-J. *A Civilização Celta*. p. 44-46.

Entre essas dificuldades, figura também o fato das traduções do irlandês para outras línguas serem raras e repletas de erros, sem revisões, muitas vezes segundas ou terceiras traduções, que antes de corrigir, agravam ainda mais os erros anteriores, isso sem contar a utilização da estrutura lingüística latina. Por fim a atitude dos historiadores e arqueólogos em colocar os celtas em um papel secundário e tratá-los como um anexo bastante diminuído da civilização greco-romana, diminuindo seu papel histórico simplesmente por se tratar de um estudo complicado, nos leva a refletir em como a história vem sendo estudada ao longo dos anos, e a pensar em rever essas prioridades e métodos, principalmente no que diz respeito à academia.

BIBLIOGRAFIA

- ARNOLD, Bettina & GIBSON, D. Blair. *Celtic Chiefdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CHADWICK, Nora. *The Celts*. London: Penguin, 1991.
- CHARLES-EDWARDS, T. M. *Early Christian Ireland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural entre Práticas e Representações. Lisboa: Bertrand, 1990.
- FINLEY, Moses. *Ancient History Evidence and Models*. London: Chatto and Windus, 1985.
- HERBERT, Máire. “Rí Éirinn, Rí Alban, kingship and identity in the ninth and tenth centuries!” In: *Kings, clerics and chronicles in Scotland*, edição: S. TAYLOR, 62-72. Dublin: Four Courts, 2000.
- KELLY, Fergus. *A Guide to Early Irish Law*. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1988.
- KRUTA, Venceslas. *Os Celtas*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cristianismo no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1966.
- LE ROUX, Françoise & GUYONVARC'H, Chrisitan-J. *A Sociedade Celta*. Mem Martins: Europa América, 1995.

- _____. *A Civilização Celta*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1999.
- MACCONE, Kim R. *Pagan Past and Christian Present in Early Irish Literature*. Maynooth: An Sagart, 1990.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- Ó NEILL, Pádraig. "The Latin Colophon to the Táin Bó Cúailnge in the Book of Leinster: a Critical View of Old Irish Literature." *Celtica*, 1999: 269-275.
- WEBSTER, Jane. "Interpretatio: Roman Word Power and the Celtic Gods." *Britannia*, 1995: 153-161.
- WELLS, Peter S. "Who, Where, and What Were the Celts?" *American Journal of Archaeology*, 1998: 814-816.